

# Diga 'sim' se você quiser sexo?, por Jairo Bouer

*(O Estado de S. Paulo, 17/01/2016)* Na última semana, com a distribuição pelo Sisu de vagas em 131 universidades federais, quase 230 mil jovens carimbaram seu ingresso para o ensino superior. Em pouco tempo, muitos desses calouros vão estar longe de casa, morando sozinhos ou em repúblicas, mais independentes, e também mais expostos a uma série de riscos. O abuso de álcool e a violência sexual são duas das preocupações que mais crescem nesta população.

No último ano, problemas sérios com consumo indevido de álcool e drogas, brigas, acidentes e violência sexual foram noticiados em diversas instituições de ensino superior do País. Mas será que esse debate se reverteu em ações efetivas para prevenir que eles voltem a se repetir no ano escolar que se inicia em breve?

Na última semana, um artigo publicado no The New York Times trouxe uma reflexão interessante sobre a forma com que as universidades americanas estão lidando com a escalada de violência sexual entre os estudantes, muito ligada ao consumo de bebida.

Mais de 1,5 mil universidades americanas estão abraçando o tema do consentimento para o sexo, como forma de evitar estupros e abuso sexual. A sequência cada vez mais comum de “beber, fazer sexo (muitas vezes sem acordo prévio) e se arrepender no dia seguinte” aumentou de forma considerável nos câmpus dos EUA e acabou gerando projetos que agora estão sendo implementados.

Os números americanos são preocupantes. Uma em cada cinco universitárias vai ser vítima de alguma forma de violência sexual e poucas vão denunciar o que aconteceu. Em 80% dos casos, o álcool está envolvido.

Para começar a discussão, o próprio conceito do que é consentimento para o sexo é bastante vago. Além disso, homens e mulheres tendem a enxergar esse tema de forma distinta. Uma pesquisa mostra que enquanto 61% dos

homens se baseiam na linguagem corporal das garotas para inferir se elas “estão a fim” de fazer sexo, apenas 10% das mulheres dizem que usam a linguagem corporal para dar consentimento para um contato mais íntimo. Na maior parte das vezes, elas dizem esperar que os garotos perguntem se está tudo bem seguir em frente. Será que eles enxergam um “sim” para o sexo onde elas nem imaginam que isso possa estar acontecendo?

A questão é complexa. Até onde um “sim” significa que o casal pode ir até o fim? Qual o limite? Será que isso deveria estar claro também? Em que medida alguém que consome álcool está em condições de dar e de receber o consentimento? Para muitos dos programas das universidades, quem bebe (mesmo em pequenas quantidades) não deveria fazer sexo. Mas isso é factível?

Será que no Brasil a discussão do consentimento para o sexo teria espaço? Como lidar com o machismo, questões de gênero e com as variações culturais? Garotos e garotas ficariam confortáveis em explicitar o que querem? Como dissociar álcool e sexo? De qualquer forma, políticas públicas que tragam propostas concretas para redução da violência sexual e debates nas universidades, principalmente com os calouros, seriam um excelente começo!

**Acesse o PDF:** [Diga 'sim' se você quiser sexo?, por Jairo Bouer \(O Estado de S. Paulo, 17/01/2015\)](#)

---

## **Com quantos paus se constrói um estuprador-universitário, por Patrícia Zaidan**

**(M de Mulher, 02/09/2015)** Nenhum garoto nasce com ganas de violar. O comportamento não pode ser atribuído à natureza masculina, ao instinto

primitivo, à força da biologia. Ou todos os homens, sem exceção, estuprariam. Um estuprador é fabricado. Vi isso, mais uma vez, ao escrever a reportagem “Estupro na Faculdade”, publicada na edição de setembro de CLAUDIA. O texto mostra que nas melhores universidades brasileiras os alunos estupram suas colegas como parte da vida recreativa estudantil. E as instituições fingem não ver o “abatedouro” de mulheres funcionando em suas dependências. Fingiam. O escândalo atingiu primeiro a Universidade de São Paulo (USP), a mais influente instituição de ensino superior da América Latina, onde alunas da tradicional Faculdade de Medicina denunciaram abusos, de que foram vítimas, em festas ocorridas às barbas da diretoria. Uma CPI instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo apurou esses casos e ainda racismo e homofobia praticados também na Unesp, Unicamp, nos campi da USP de Ribeirão Preto e Pirassununga, e ainda na PUC de São Paulo e de Campinas. Dividi o trabalho de apuração com a brava repórter Gabriela Abreu e chegamos a vítimas na Universidade Federal do Ceará, Federal de São Carlos e a estudantes de Brasília e de Seropédica (RJ), que admitiram a existência do crime na UnB e na Rural do Rio de Janeiro.

***Leia mais:***

[\*“Combate ao machismo envolve leis, educação e segurança combinados”, defende ativista \(Jornal do Campus, 03/09/2015\)\*](#)

[\*Apenas mulheres. Apenas? \(Jornal do Campus, 03/09/2015\)\*](#)

[\*Violência na USP faz alunos perderem aulas e andarem em grupos \(G1, 02/09/2015\)\*](#)

Mas, em termos de requinte, a USP lidera no ranking da desumanidade, tendo a Faculdade de Medicina na proa. Pelo menos são os históricos mais visíveis, uma vez que as apurações avançaram da CPI para a Justiça, com dez casos de estupro em fase de investigação, dois já com réus respondendo a processos criminais.

Com quantos paus se faz um estuprador acadêmico? Estendemos essa inquietação ao reitor da USP, Marco Antonio Zago. A assessoria de imprensa havia dito que ele preferia responder por e-mail. Perguntamos a Zago: “Ao que o senhor associa a ocorrência de estupros na comunidade acadêmica? Em tese, não seria nesse ambiente - no qual os homens têm maior acesso à

educação, à informação sobre saúde física e emocional e também sobre direitos - que deveria haver maior respeito às mulheres?" E a assessoria, então, respondeu: "O reitor prefere não se manifestar sobre esse assunto". Zago havia se recusado, antes, a informar quantos casos estavam sendo apurados em sindicâncias internas, o número de alunos punidos e os tipos de sanção. A aura de impunidade sempre contribuiu com a modelagem do caráter do macho-livre-para-voar.

Como disse o filósofo Sérgio Barbosa - com quem concordo plenamente - os alunos da USP, em especial os da medicina, se veem sob uma soma de prestígio: são homens, dominantes, foram aprovados no mais difícil vestibular do país, estão próximos de mentes brilhantes, de grandes descobertas da ciência nacional. E por isso se sentem acima da lei, da ética, do respeito. Podem subjugar o "ser inferior". Ou o imediatamente abaixo deles: a colega mulher.

Pesa na elaboração da cultura, o macho que se espelha no outro macho para se tornar ainda mais macho. São comuns, segundo os relatos ouvidos pela CPI e pelo Ministério Público Paulista, as rodas da vanglória - uma fórmula carcomida de constituir masculinidade. Os futuros médicos se juntam para contabilizar quantas comeram, pela frente e pelo ânus. E para medir o tamanho da lista de mulheres que eles conseguiram apagar num único evento ético - proibidos na instituição depois do fuzuê público causado pelas denúncias. Apagar de verdade. Pelo menos dois brutos admitiram que adulteraram bebidas ou deram remédio para suas presas ficarem ainda mais vulneráveis - e "facinhas" para o coito. Alguns dos crimes teriam sido cometidos por dois sujeitos ou mais - com potência física turbinada por estimulantes, drogas e genéricos -, que atacaram ao mesmo tempo uma só aluna. Note-se: entre os acusados encontra-se um estudante com histórico de assassinato.

Quantos paus? Vamos ver mais este: a subversão de valores. No início das apurações, as vítimas tiveram o nome pichado em banheiros, foram chamadas de vagabunda para baixo e repreendidas até por mestres, inconformados com as denunciantes que - palavras dos doutores - jogaram o bom nome da Faculdade de Medicina na lama. As agredidas foram, ainda,

achincalhadas por alunas que corroboram com as tradições das festas, dos trotes e das cerimônias de passagem para a seleta e fechada sociedade acadêmica.

O hinário entoado nos jogos universitários é mais uma vara colocada na edificação do machismo. Há peças impúblicas e crivadas de obscenidades em quase todas as torcidas das faculdades Brasil afora. Cito apenas o hino da Batesão, a bateria da Medicina da USP-Ribeirão Preto, que trata mulher assim: “morena gostosa”, “loirinha bunduda” e “preta imunda”. Soma-se à formação do violador o silêncio cúmplice — que vai de funcionários a gestores, passando por estudantes e professores. Muitos na comunidade nada dizem contra a dor e a humilhação imposta aos recém-chegados, mais fracos, homossexuais e às mulheres. O Ministério Público deu um basta. Emitiu uma recomendação para a instituição proibir o Show Medicina, uma associação cultural, espécie de confraria máscula, que há 73 anos promove um espetáculo teatral anual. Nos últimos tempos, virou um entretenimento de horror para destratar alunos e funcionários, com imitações de colegas gays e piadas sobre as lideranças feministas da faculdade que combatem o estupro. As promotoras Beatriz Budin e Silvia Chakian escreveram na peça formal do inquérito civil que conduzem: “Ficou apurado também que, para integrar o Show Medicina, os interessados passam por um ritual constituído de trotes violentos e humilhantes, com forte assédio moral e sexual, além de violência física e noitadas com prostitutas nas dependências da universidade”.

Nesta terça (1<sup>o</sup>/9), horas depois de receber a recomendação das promotoras, a direção da faculdade proibiu o Show Medicina. Se não agisse assim, poderia responder a uma ação judicial. Olhar para essa confraria permite entender a gênese dos abusos: as estudantes sempre foram impedidas de participar. A elas, os homens reservavam a função de costurar o figurino, sem direito a opinar sobre a criação do espetáculo nem mesmo ver os ensaios. É mais uma forma de perpetuar o mandão no poder. E um treino para tratar as mulheres como se elas fossem a sobra do carretel de linha.

***Acesse no site de origem: [Com quantos paus se constrói um estuprador-universitário, por Patrícia Zaidan \(M de Mulher, 02/09/2015\)](#)***

---

# Unesp apura denúncia de trote universitário que remete à Ku Klux Klan

*(Correio Braziliense, 30/03/2015) Os alunos de medicina envolvidos refutaram, em comunicado, acusações de preconceito*

A Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) informou nesta segunda-feira (30/3), em nota, que vai investigar o trote dos estudantes de Medicina do último 5 de março, no campus de Botucatu. Os alunos do sexto ano estavam vestidos com trajes que lembram a seita racista norte-americana Ku Klux Klan, conhecida por defender a supremacia branca com atos violentos - as imagens ganharam repercussão negativa nas redes sociais.

Em comunicado no Facebook, a turma responsável por organizar o evento negou caráter preconceituoso e referência intencional à Ku Klux Klan: “Em nenhum momento houve qualquer prática preconceituosa, que estimulasse o racismo, homofobia, preconceito religioso ou corroborasse ideias de qualquer seita de caráter opressor”. Os estudantes afirmam ainda que as imagens divulgadas foram tiradas do contexto. Na declaração, eles ressaltam que o evento anual sempre tem uma fantasia temática e que a escolhida este ano foi a de “carrasco”.

Vestidos com robes e capuzes pretos, os veteranos carregavam tochas e fizeram os calouros ajoelharem para serem “batizados”. As fotos do trote foram divulgadas nesse domingo (29/3) em página do Facebook dedicada a proteger vítimas e testemunhas de violência nas universidades. As imagens também estavam disponíveis na página da 48ª Turma da Faculdade de Medicina, mas foram tiradas do ar após a repercussão do caso.

**CPI**

A Unesp foi uma das instituições investigadas pela CPI das Universidades, responsável por apurar casos de abuso sexual e violência no ensino superior do estado de São Paulo. Alunos do campus de Botucatu denunciaram casos de estupro e até uma ocasião em que foram obrigados a cavar buracos, enterrados e forçados a consumir bebidas alcoólicas.

Em relatório final aprovado em 10 de março, a CPI propôs dois projetos de lei: a proibição do patrocínio de eventos estudantis por fabricantes de bebidas alcoólicas e a criação de um cadastro de antecedentes universitários, documento no qual seriam registrados o comportamento dos alunos e as punições recebidas. O relatório também registra 39 recomendações às instituições de ensino e às autoridades, como a abertura de inquérito de todas as denúncias recebidas.

O texto final da comissão recomenda que o Ministério Público analise potenciais irregularidades e omissões manifestadas por reitorias da Unesp, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Campinas (Unicamp). Ainda sugere que a Unesp sancione os alunos de medicina responsáveis por compor hinos que violam os direitos humanos.

***Acesse no site de origem: [Unesp apura denúncia de trote universitário que remete à Ku Klux Klan \(Correio Braziliense, 30/03/2015\)](#)***

---

## **Relatório de CPI sugere ‘barrar’ em concurso público aluno que fizer trote**

***(G1, 10/03/2015)*** Entre as propostas aprovadas pelos deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), está um projeto de lei que cria um cadastro de antecedentes, para proibir estudantes com participação

comprovada em trotes de se inscreverem em concursos públicos ou processos seletivos de órgãos públicos durante dez anos após a colação de grau.

*Leia também: [Após denúncias em 7 universidades, CPI dos trotes acaba nesta terça \(G1 - 10/03/2015\)](#)*

***Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Relatório de CPI sugere 'barrar' em concurso público aluno que fizer trote \(G1, 10/03/2015\)](#)***

---

## **Após novos casos de violência, trotes estão na mira de CPI**

***(Metro, 25/02/2015)*** Veteranos e calouros concordam - e esperam pela recepção - que o trote tem a sua importância como um marco à iniciação à universidade. Afinal, o momento costuma ser um divisor de águas na vida dos jovens, que deverão ter mais autonomia e responsabilidades a partir do ingresso na vida acadêmica e muitas vezes no universo adulto. No entanto, denúncias recentes relatam violência sexual, homofobia, machismo e agressões físicas e morais. E o problema vai muito além da medicina da USP casos que ganharam, notoriedade na mídia, várias outras faculdades seguem na mira de investigações. Entre elas, Unicamp, PUC-Campinas, Sorocaba, São José do Rio Preto, USP de Ribeirão Preto, Esalc (Agricultura de Piracicaba da USP), entre outras.

***Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Após novos casos de violência, trotes estão na mira de CPI \(Metro, 25/02/2015\)](#)***

---



# Omissão política, desrespeito às leis, fraudes e descaso: Por que a tradição dos trotes se mantém firme no Brasil

*(Brasil Post, 24/02/2015)* Ao menos nove dos 27 Estados brasileiros possuem legislação própria contra a prática dos trotes nas universidades públicas e privadas. Ainda assim, casos de violência na recepção de calouros seguem sendo registradas anualmente. Os motivos, segundo especialistas ouvidos pelo Brasil Post, são um problema mais cultural do que legal.

“O que acaba existindo é uma leniência por parte das reitorias, que fazem vista grossa, e também das autoridades. Esse é um ritual incorporado e aceito pela sociedade brasileira, que é conhecida por ter a violência dentro de si própria”, analisou o diretor da Comissão de Direitos Humanos da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), Martin de Almeida Sampaio.

Em São Paulo, a lei 10.454, sancionada pelo então governador Mário Covas (PSDB) em 20 de dezembro de 1999, trata do assunto de maneira clara:

“É vedada a realização de trote aos calouros de escolas superiores e de universidades estaduais, quando promovido sob coação, agressão física, moral ou qualquer outra forma de constrangimento que possa acarretar risco à saúde ou à integridade física dos alunos.”

A legislação paulista foi catapultada para os holofotes após a morte do calouro Edison Tsung-Chi Hsueh, em 1999. Ele foi encontrado morto na piscina da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAOC) da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), após um churrasco. A sindicância interna considerou a morte “acidental”. Um ano depois, a USP implantou o disque-trote. Em 2006, os quatro acusados foram absolvidos pela Justiça e o caso acabou arquivado.

Ainda assim, os relatos de trotes cada vez mais extremos seguem sendo realizados, passados 16 anos. “Essas sindicâncias nascem mortas”, explicou o deputado estadual Adriano Diogo (PT), presidente da CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) que investiga violações de direitos humanos e estupros nas instituições paulistas. “O grupo em si tem uma cultura, tem uma fraternidade, uma questão de ‘silenciamento’ de pessoas”, emendou a deputada Sarah Munhoz(PCdoB).

Nas atuais apurações de estupros e abusos na FMUSP, um agravante: a suspeita de fraude em uma das sindicâncias. Na Alesp, uma vítima disse que não prestou depoimento, ao contrário do que alegava a instituição. Criou-se uma “saia justa” para o diretor da faculdade, José Otávio Costa Auler Junior. “Eu vou encaminhar isso novamente à Procuradoria da USP, porque todos os processos de sindicância passam por um processo formal, vou conversar com o procurador e pedir para examinar o processo”, comentou.

### **Descaso estadual e federal**

A falta de aplicação das leis já existentes para proibir os trotes violentos e abusivos e uma suspeita de fraude em sindicâncias parecia ser o pior no que tange o tema. Mas não é. A reportagem do Brasil Post buscou informações junto a três secretarias do governo de São Paulo para abordar o assunto. Também procurou o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Em comum, um grande descaso.

Aquele que deveria ser o grande bastião da educação no Brasil, o MEC respondeu, por meio da sua assessoria de imprensa, que os trotes em universidades “não lhe dizem respeito” e que “isso deve ser apurado nas instituições de ensino”. Na resposta, ainda consta que “isso não significa que é um descaso por parte do MEC”, sem mais esclarecimentos.

Já a SDH disse não ter ninguém disponível para falar sobre o tema, tampouco alguma campanha para tratar da questão, às vésperas do início da recepção de calouros em todo o País – embora, há algumas semanas, a página da secretaria no Facebook tenha postado uma imagem condenando a prática.



Apesar de postagem exemplar, pasta diz não ter nenhum programa sobre o tema. Mera alegoria nas redes? (Foto: Reprodução/Facebook)

Ex-ministra da pasta, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) costumava posicionar a SDH quando questionada sobre isso. “Em uma instituição de educação, como a universidade, o mais importante é a reflexão – para que o trote não aconteça mais e para que os próprios jovens repensem o seu posicionamento e o seu modo de agir”, comentou a ex-ministra, em abril de 2013, durante debate na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“Há um impacto sobre o que se produz aqui dentro (na universidade) lá fora. Precisamos produzir um debate dentro das universidades e no âmbito do Ministério da Educação para que possamos criar outros ritos de passagem juvenil, que preservem a dignidade humana, sem que isso signifique perdermos a irreverência e o espírito esportivo de nossos jovens”, complementou.

Em São Paulo, a Secretaria de Educação não cuida do ensino superior, por isso não tinha nada a declarar. Duas pastas com ligação com as universidades, as secretarias de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, e de Justiça e da Defesa da Cidadania prometeram responder aos e-mails enviados pela reportagem, mas não retornaram. “Vivemos em uma sociedade disfuncional”, comentou Martim Sampaio, da OAB, o que resume bem a ausência das autoridades.

## **Discussão federal desde 1995**

Uma regulamentação federal poderia ajudar na punição mais efetiva de trotes violentos. Contudo, as discussões no Congresso Nacional não avançaram a ponto de qualquer projeto chegar a uma votação em Plenário, tanto na Câmara quanto no Senado. Há pelo menos cinco propostas em andamento.

Na decisão mais recente, em dezembro do ano passado, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou a proposta que transforma em crime o trote estudantil violento ou vexatório, com previsão de até dois anos de prisão. As medidas se aplicam a alunos de universidades públicas e privadas, além de academia ou estabelecimento de ensino ou treinamento militar, inclusive quartéis.

Esse projeto (PLC 9/2009) reúne sugestões de quatro projetos sobre o tema. Talvez o trecho mais importante diz respeito à atribuição de responsabilidade para as universidades, hoje fiéis detentoras das investigações e eventuais punições administrativas. Todavia, não há qualquer previsão de quando o assunto será levado à votação pelos parlamentares.

---

# **Depoimentos à CPI reforçam abusos e violência em trotes na PUC-Campinas**

**(Correio Popular, 23/02/2015)** Alunos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) voltaram a relatar casos de violência física, verbal e tortura psicológica sofridos dentro e fora do campus em depoimentos na audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades realizada nesta segunda-feira (23) no plenário da Câmara Municipal de Campinas. Também está sendo avaliada a necessidade de uma audiência na

cidade para ouvir relatos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No caso dessa instituição, porém, já foram colhidos 12 depoimentos em encontro na Capital.

***Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Depoimentos à CPI reforçam abusos e violência em trotes na PUC-Campinas \(Correio Popular, 23/02/2015\)](#)***

---

## **Com o apoio da ONU Mulheres, USP realiza, nesta 3ª feira, 24, simpósio sobre violência de gênero e raça em trotes universitários**

*Encontro dá seguimento a ações para o fim de trotes violentos contra gênero e raça, conforme carta pública da ONU Mulheres, universidades, coletivos feministas e diretoria de Mulheres da UNE*

Leia [aqui](#) a íntegra da carta pública pelo Fim do Trote Violento contra Gênero e Raça

O Diversitas (Núcleos de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos) -FFLCH USP (Universidade de São Paulo) realiza nessa terça-feira, 24 de fevereiro, o Simpósio *Democracia Universitária, ética e corpo: não à opressão, nenhuma vida vale menos*, das 9h às 17h30. O evento acontece em meio a denúncias de estupro e abuso de alunas da Medicina, que têm deposto na CPI das Universidades instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

No encontro, a antropóloga Heloisa Buarque, do USP Diversidade, apresentará a [Carta pelo Fim do Trote Violento contra Gênero e Raça](#), elaborada pela ONU Mulheres, grupos de estudos de gênero e raça de universidades brasileiras, coletivos feministas e a Diretoria de Mulheres da UNE (União Nacional dos Estudantes). “A ONU Mulheres reconhece a violência crescente nas universidades como expressão de misoginia, agressão e intimidação da livre convivência e circulação de estudantes. Em conjunto com lideranças das universidades, estamos trabalhando para dar visibilidade a essas violências que precisam de respostas ágeis e efetivas do poder público, para a justiça aos casos e a prevenção da violência de gênero e raça”, afirma Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.

A programação (*ver abaixo*) contará com alunas e professores da USP e os diretores da FMUSP (Faculdade de Medicina da USP), entre eles José Otávio Costa Auler Júnior.

Nos últimos dois anos, surgiram no Brasil diversas denúncias contra trotes universitários organizados por veteranos, que lançam mão de práticas machistas, lesbofóbicas, homofóbicas, transfóbicas e racistas contra calouras e calouros. Ano após ano, esse grupo é submetido a atividades agressivas definidas por veteranos, nas festas das faculdades e dentro das residências estudantis – a maioria deles, homens brancos e de classe média alta.

Entre as atividades propostas na Carta para dar fim a essas práticas violentas estão a elaboração de uma campanha de mídia e advocacy contra o trote violento, que conscientize universitárias e universitários a respeito da violência de gênero e raça, e a formação de uma rede institucionalizada de apoio, com a implementação de comitês de apuração e ouvidorias.

A mobilização acontece no marco da iniciativa O Valente não é Violento, da campanha do Secretário-Geral da ONU “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, com o intuito de expressar publicamente um compromisso institucional a favor de mulheres, trans, lésbicas, gays, negras e negros, que há anos são vítimas da violência nos trotes.

Na recepção da calourada, no primeiro semestre letivo de 2015, serão realizadas aulas públicas sobre o trote violento e a igualdade de gênero e

raça, na Faculdade Cásper Líbero, na USP (Universidade de São Paulo) e na Universidade Federal de Goiás, onde alunas e alunos também tomarão contato com o tema por meio de materiais de comunicação, como lambe-lambes e faixas.

As ações também incentivam a denúncia de violências sofridas ou presenciadas por meio do aplicativo Clique 180 (<http://clique180.org.br>) disponível para download nos sistemas de telefones inteligentes (smartphones) IOS e Android, do portal Minha Voz ([www.minhavoiz.com](http://www.minhavoiz.com)) e do mapa Chega de Fiu Fiu ([www.chegadefiufiu.com.br](http://www.chegadefiufiu.com.br)), a fim de tornar públicos os casos de violência e fornecer informações como serviços públicos de assistência policial, jurídica e psicológica pós-violência ou de prevenção.

**Eliminação da violência de gênero** - [“O Valente não é Violento”](#) é uma iniciativa da campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que conta com o envolvimento de todas as agências da ONU e é coordenada pela ONU Mulheres. No Brasil, a ação conta com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Tem com o objetivo estimular a mudança de atitudes e comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade que os homens devem assumir na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Desse modo, a juventude da América Latina e do Caribe poderá ter uma vida livre da violência de gênero.

**Parceria Institucional:** ONU Mulheres; O Valente não é Violento (iniciativa das Nações Unidas com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República); USP Diversidade; Genera - Núcleo FEA de Pesquisa em Gênero e Raça; Poligen - Grupo de Estudos de Gênero da Poli-USP; Ser-Tão - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UFG; Diretoria de Mulheres da UNE; Faculdade Cásper Líbero; Coletivo Feminista Históricas; Instituto Federal do Maranhão; Centro Acadêmico Visconde de Cairu - FEA- USP; Centro Acadêmico João Mendes Júnior - Mackenzie.

**Programação do Simpósio:**

### **09:00 - Sessão de Abertura**

José Otávio Costa Auler Júnior (Diretor da FMUSP)

Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho (Vice-diretor da FMUSP)

Edmund Chada Baracat (Presidente da Comissão de Graduação da FMUSP)

Francisco Miraglia (Representante da ADUSP)

Zilda Iokoi (Diversitas)

### **09:30 - Mesa Redonda: Ações Contra a Opressão**

Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira (Professora do Depto. de Medicina Preventiva da FM/USP)

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior (Professor do Depto. de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP e pesquisador do Diversitas)

Irene Cardoso (Professor do Depto. de Sociologia da FFLCH/USP)

### **12:00 - Intervalo**

### **14:00 - Mesa Redonda: Desocultando opressões**

Marco Akerman (Professor do Depto. de Prática de Saúde Pública, da FSP/USP)

Jupiara Castro (Fundadora do Núcleo de Consciência Negra e funcionária da Faculdade de Medicina)

Renato Pignatari (aluno de graduação da Faculdade de Medicina)

Vanessa DelCastillo Couto (Representante da Frente Feminista da USP)

Felipe Scalisa Oliveira (aluno de graduação da Faculdade de Medicina)

### **15:30 - Intervalo**

### **16:00 - Mesa Redonda: Ações que superem o ciclo da violência**

Eduardo Ferreira Valério (Promotor de Justiça de Direitos Humanos de São Paulo)

Heloísa Buarque de Almeida (Professora do Depto. de Antropologia da FFLCH e USP Diversidades)

Zilda Grícoli Iokoi (Professora do Depto. de História da FFLCH e coordenadora do Núcleo de Pesquisas - Diversitas)

**Simpósio Democracia Universitária, ética e corpo: não à opressão, nenhuma vida vale menos**



**Quando: 24/02, terça-feira, das 9h às 17h30**

**Onde:** Teatro da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). Av. Dr. Arnaldo , 455, São Paulo - SP.

---

# **ONU Mulheres e universidades lançam parceria pelo fim do trote violento contra gênero e raça**

**(ONU Mulheres, 06/02/2015)** No marco da campanha do Secretário-Geral da ONU “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, a ONU Mulheres, grupos de estudos de gênero e raça das Universidades brasileiras, coletivos feministas e a Diretoria de Mulheres da UNE (União Nacional dos Estudantes) se juntam para dizer NÃO à violência simbólica e física contra calouras e calouros nos trotes universitários. Nos últimos dois anos, surgiram no Brasil diversas denúncias contra trotes universitários organizados por veteranos, que lançam mão de práticas machistas, lesbofóbicas, homofóbicas, transfóbicas e racistas contra calouras e calouros. Ano após ano, esse grupo é submetido a atividades agressivas definidas por veteranos, nas festas das faculdades e dentro das residências estudantis - a maioria deles, homens brancos e de classe média alta.

**Leia também:** [Medicina da USP anuncia criação de ouvidoria para receber denúncias \(G1, 06/02/2015\)](#)

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [ONU Mulheres e universidades lançam parceria pelo fim do trote violento contra gênero e raça \(ONU Mulheres, 06/02/2015\)](#)

---

# Reitor pede que diretores reabram casos de suspeita de estupro na USP

**(Folha de S. Paulo, 21/01/2015)** Em depoimentos na CPI do Trote na Alesp, Assembleia Legislativa de São Paulo, o reitor da USP, Marco Antonio Zago, pediu que os diretores da universidade reabram sindicâncias de suspeitas antigas de estupro na instituição que vieram à tona depois de denúncias de abusos sexuais na Faculdade de Medicina da Universidade, a FMUSP. “Eu estabeleço aqui o compromisso de pedir para que se reabram sindicâncias de casos que tenham fundamento”, diz o reitor. “Os diretores das faculdades já estão colaborando.”

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Reitor pede que diretores reabram casos de suspeita de estupro na USP \(Folha de S. Paulo, 21/01/2015\)](#)